

## Introdução

Este Boletim tem como objetivo subsidiar o Sindicato dos professores de São Paulo (APEOESP) no seu processo de campanha salarial e na defesa da categoria. O boletim está dividido em duas partes. Na primeira, traz uma breve análise dos principais indicadores da conjuntura econômica nacional e do Estado de São Paulo. Na segunda, apresenta alguns dados conjunturais do quadro do magistério paulista, tais como: a evolução do emprego e salários. A exposição dos dados permite o conhecimento dos indicadores conjunturais em uma linguagem simples e acessível, organizada em quatro tópicos, a saber:

1. Indicadores da Conjuntura Econômica Nacional
2. Indicadores de Contas Públicas do Estado de São Paulo
3. Indicadores Setoriais da Área da Educação
4. Evolução Salarial do Magistério Estadual
5. Conclusão

## 1. Indicadores da Conjuntura Econômica Nacional (PIB, Inflação, Desemprego)

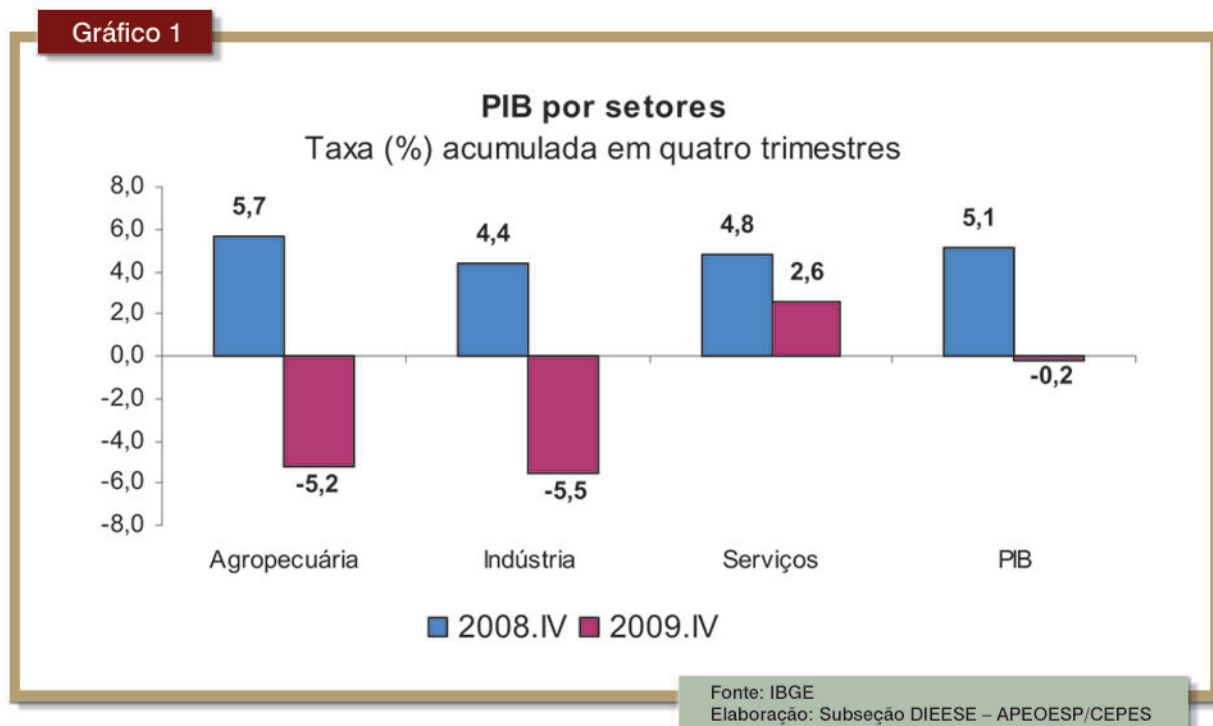
### 1.1 Contas Nacionais

O PIB brasileiro acumulado em 2009 apresentou variação negativa de 0,2% em relação a 2008. Este resultado reflete os efeitos da crise internacional que se manifestou, principalmente na indústria brasileira, no final de 2008 e início de 2009.

Esse resultado negativo foi devido ao declínio do Valor Adi-

cionado (-0,1%) e dos Impostos sobre Produtos (-0,8%). A queda do Valor Adicionado deu-se principalmente pela redução do volume do setor Agropecuária (-5,2%) e da Indústria (-5,5%), sendo que neste setor a Transformação e Construção Civil tiveram os piores resultados, com -7,0% e -6,3%, respectivamente. O único setor positivo foi o de Serviços (2,6%), com

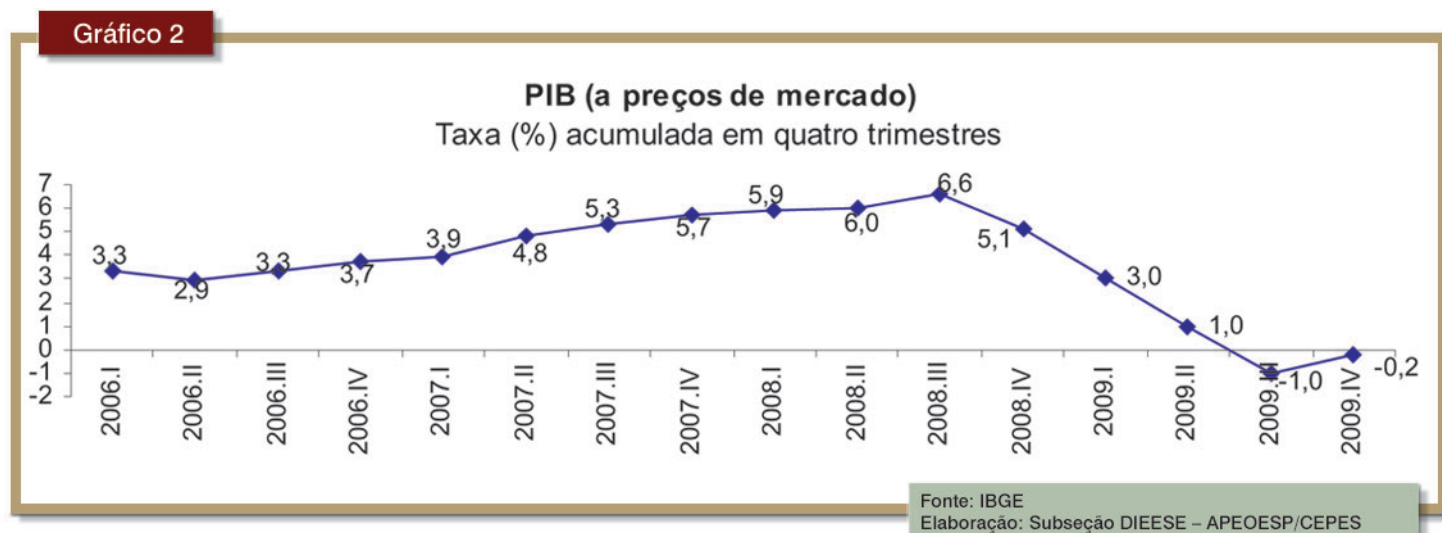
destaque para os itens de Intermediação Financeira (6,5%), Outros Serviços (5,1%) e Serviços de Informação (4,9%). Por outro lado, itens ligados à indústria de Transformação tiveram queda. São eles: Comércio (-1,2%) e Transporte, Armazenagem e Correio (-2,3%). O Gráfico 1 apresenta as taxas de variação acumulada em 2008 e 2009 para o PIB e seus setores.



O Gráfico 2 apresenta as taxas acumuladas em quatro trimestres para o PIB a preços de mercado. Observa-se desde

2006 uma trajetória de crescimento do PIB, até atingir 6,6% no terceiro trimestre de 2008. A partir de 2009 é pos-

sível perceber a desaceleração do PIB, impacto da crise econômica mundial, fechando o ano em -0,2%.



A análise do PIB pela ótica da demanda demonstra que a Despesa de Consumo das Famílias se mantém em crescimento há 4 anos seguidos, e termina 2009 com 4,1%. O Consumo do Governo aumentou 3,7% em

2009, praticamente o mesmo patamar de 2006. Por sua vez, a Formação Bruta de Capital Fixo declinou 9,9% em relação a 2008, devido ao forte impacto da crise na produção industrial. O setor externo evidencia

que as importações têm sido superiores às exportações há pelo menos quatro anos. Em 2009, porém, a queda é percebida tanto nas importações (-11,4%) quanto nas exportações (10,3%).

Tabela 1

**Componentes da Demanda - Taxa (%) acumulada em quatro trimestres**

Setor de atividade	2006.IV	2007.IV	2008.IV	2009.IV
Consumo das famílias	4,3	6,3	7,0	4,1
Consumo do governo	3,6	4,7	1,6	3,7
Formação bruta de capital fixo	8,7	13,5	13,4	-9,9
Exportação	4,6	6,7	-0,6	-10,3
Importação -	18,1	20,8	18,0	-11,4

Fonte: IBGE

Elaboração: Subseção DIEESE – APEOESP/CEPES

Apesar do resultado negativo em 2009, os dados trimestrais do PIB mostram a extraordinária recuperação da atividade ao longo do ano passado, principalmente no último trimestre. O nível de atividade econômica recuperou-se e as projeções são de um crescimento do PIB em 2010 acima de 5%, crescimento que certamente ficará acima da média das economias dos países ricos.

Em 2009, o quarto trimestre registrou crescimento de 2%, o que significa que a atividade corrente estava crescendo acima de 8% ao ano. Em consequência o PIB para 2010 já tem crescimento “contratado” de 2,7%, isto é, caso a atividade tenha crescimento ZERO em todo o ano o PIB será de 2,7% em 2010. As projeções realistas indicam que a variação do PIB será próxima

de 6%. No setor industrial, a “herança” é de 4,8%, indicando que a indústria nacional deve crescer acima de 8% em 2010.

## 1.2 Preços

A inflação para as famílias do município de São Paulo, em março, foi de 0,47%, ou seja, 0,12 ponto percentual que a de fevereiro (0,59%), segundo o ICV-DIEESE. Em 12 meses o índice ficou em 5,79%.

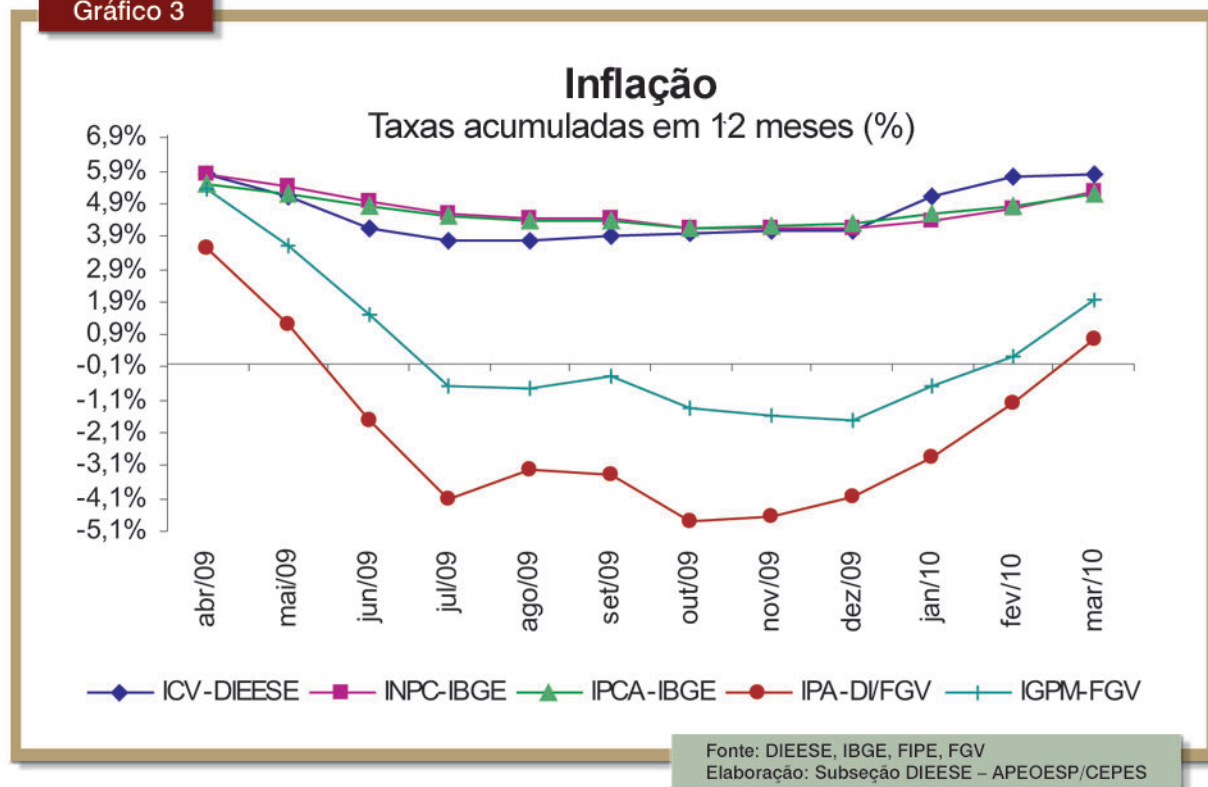
O aumento dos preços nos últimos 12 meses deu-se de forma heterogênea e os grupos que mais contribuíram para a sua alta foram: Despesas Pessoais (9,18%), Transporte (7,01%), Alimentação (6,39%) e Saúde (6,23%). No grupo Alimentação, as fortes chuvas concentradas no início do ano foram responsáveis por parte da elevação des-

te item. Nas Despesas Pessoais, o subgrupo fumo e acessórios teve grande alta devido à alta do preço do cigarro (22%). Já no item Transporte, o subgrupo coletivo foi o grande vilão da alta dos preços e no item Saúde os subgrupos apresentaram comportamentos semelhantes.

No caso do IPCA e INPC, ambos mensurados pelo IBGE, os resultados em 12 meses estão acima do realizado no ano anterior. O IPCA ficou em 5,17%, enquanto o INPC em 5,30%. O IPA-DI e IGPM acumulados em 12 meses até março, apresentaram resultados inferiores ao mesmo período de 2009, mas quando se compara a evolução destes índices no acumulado do ano, ou seja, janeiro a março, todos ficaram acima do realizado em 2009, indicando talvez alguma pressão inflacionária nestes tipos de índices.



Gráfico 3



## 1.3 Juros

Segundo o Banco Central, em sua penúltima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), a trajetória dos índices de preços evidencia a retomada de pressões inflacionárias externas dado que ainda há incertezas quanto ao futuro dos preços dos ativos e commodities, influenciados pelo cenário internacional. Considera ainda que há possibilidades de repasse da alta dos preços no atacado para os preços ao consumidor, num contexto em que a confiança dos consumidores e empresários se eleva, podendo garantir a evolução do ritmo da atividade econômica e da massa de rendimentos reais. Isto pode significar, para as próximas reuniões, uma retomada no aumento da taxa bási-

ca de juros (Selic), já que o Copom entende que a atividade econômica está novamente em ciclo de expansão, dado que as restrições da demanda em decorrência da crise mundial estão superadas.

Mesmo com essa avaliação um pouco pessimista em relação às

pressões inflacionárias, a maioria dos membros do Copom decidiu manter a taxa básica de juros em **8,75% a.a.** e aguardar a evolução do cenário macroeconômico.

Porém, como era esperado pelos principais analistas de mercado, o Copom em sua última

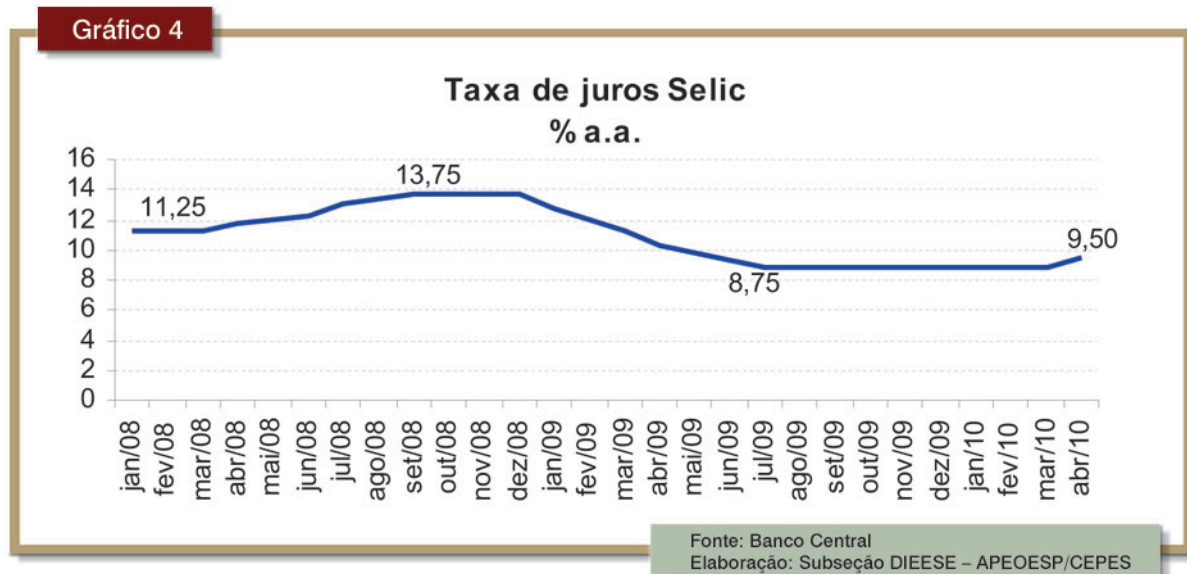




reunião elevou a Selic para 9,50% ao ano (a.a.). Apesar deste novo movimento e da perspectiva de novas altas da taxa Selic, o chefe do departamento econômico do Banco Central, Altamir Lopes, diz

que ainda não é possível dizer que os juros continuarão a subir. “É preciso esperar mais dados para afirmar que há mudança de tendência.” Segundo ele, o encarecimento do crédito no início

de abril é reflexo do movimento do mercado de juros futuros, segmento que acompanha as previsões para a Selic. O Gráfico abaixo traz a trajetória da Selic desde 2008:



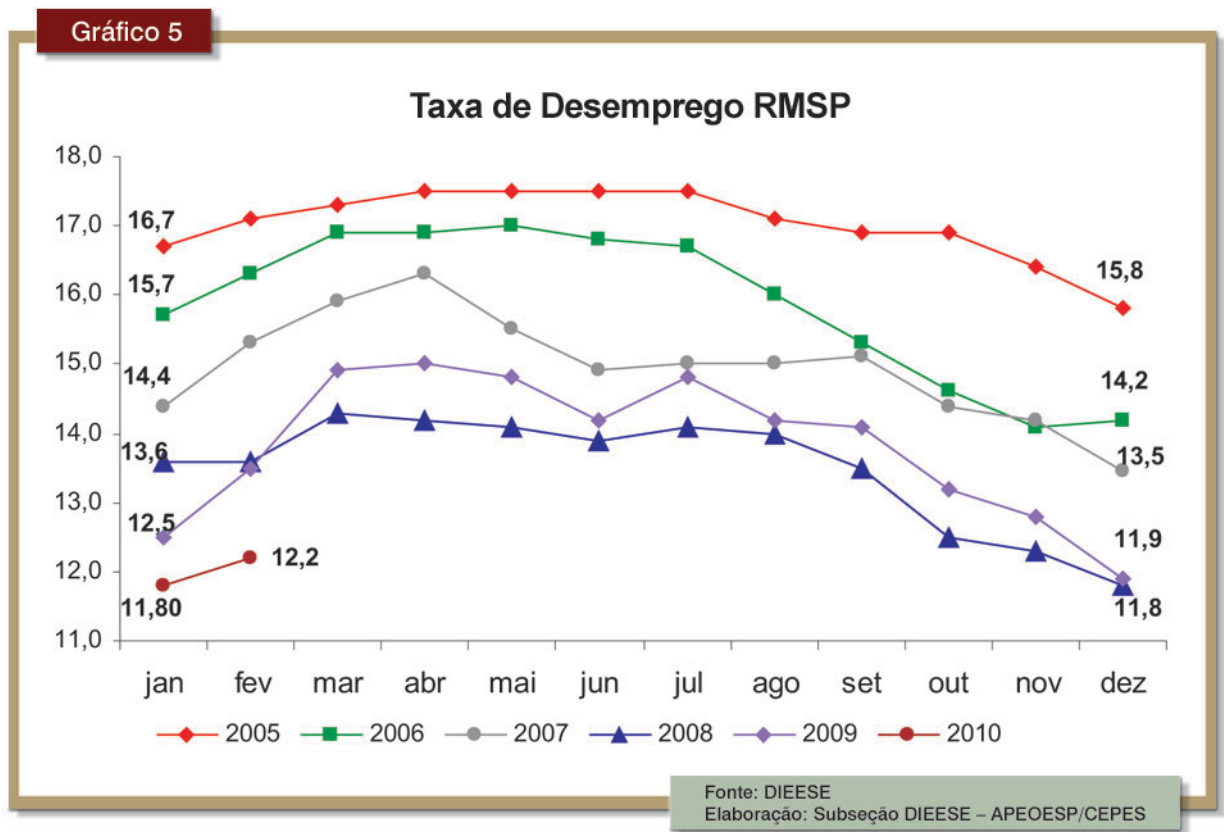
## 1.4 Mercado de Trabalho

A taxa de desemprego total da Região Metropolitana de São Paulo apresentou ligeiro cresci-

mento em fev/2010 ao passar de 11,8% em janeiro para 12,2%, em movimento normal para o período. Por sua vez, o contingente de desempregados ficou em 1,4 milhão, 54 mil a mais do que em

janeiro, devido à criação de 42 mil ocupações, insuficientes para suprir o ingresso de 96 mil pessoas na população economicamente ativa (PEA) na região. O crescimento do nível de ocupação deu-se no setor de Serviços (0,8%) e Comércio (1,7%) e diminuiu em Outros Setores (-1,2%) e na Indústria (-0,6%). É importante notar o comportamento das taxas de desemprego em 2009 e nesse início de 2010. Mesmo com a crise mundial eclodida ao final de 2008, o desemprego durante o ano 2009 (a exceção de fevereiro) e entre jan-fev/10 é inferior aos outros anos observados (2008, 2007, 2006 e 2005).

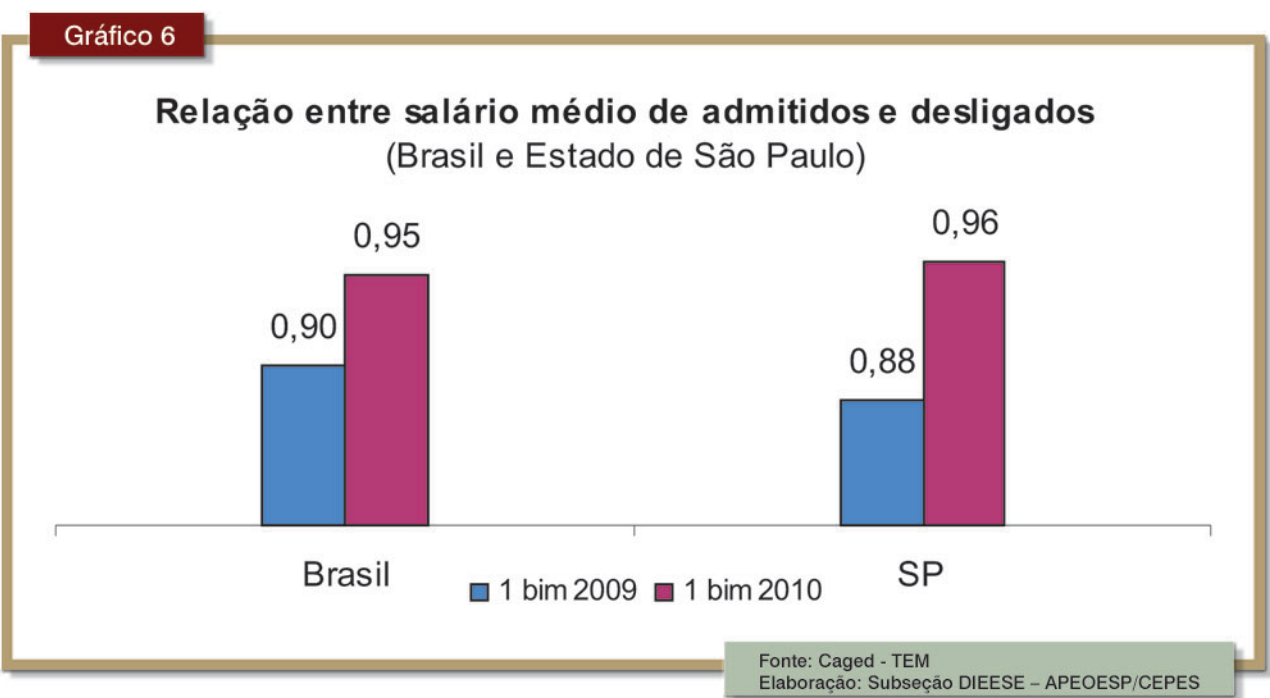




A evolução do saldo do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (CAGED), do Ministério do Trabalho para o Brasil evidencia que, em termos de geração de emprego, a situação neste pri-

meiro bimestre de 2010 (390.844 postos novos) está melhor do que o ocorrido no ano anterior, cujo resultado foi de fechamento de 92.569 postos de trabalho. O mesmo comportamento foi

observado no estado de São Paulo, com um saldo positivo de 131.821 postos de trabalho, contra o resultado negativo de 38.771 postos no mesmo período de 2009.





A relação entre o salário médio de admitidos e desligados teve comportamento parecido para o Brasil e estado de São Paulo, de modo que no Brasil a relação ficou em 95%, ou seja, o salário dos novos admitidos não alcançou a totalidade da remuneração média dos desligados; no 1º bimestre de 2009 a compara-

ção estava em 90%. No estado de São Paulo essa relação melhorou um pouco no 1º bimestre de 2010 e ficou em 96%, ante 88% no 1º bimestre de 2009.

Segundo dados do Ministério do Trabalho, o mês de março foi o melhor desde o início da série do Caged (1992) e re-

gistou a criação de 266.415 novos empregos com carteira de trabalho. Foram 1.820.045 admissões e 1.553.630 desligamentos no período. No primeiro trimestre de 2010, a geração líquida de 657.259 vagas foi recorde e ultrapassou a melhor marca anterior, de janeiro a março de 2008 (554.440).

## 2. Indicadores de Contas Públicas do Estado de São Paulo

### 2.1 Receita: Arrecadação de Tributos

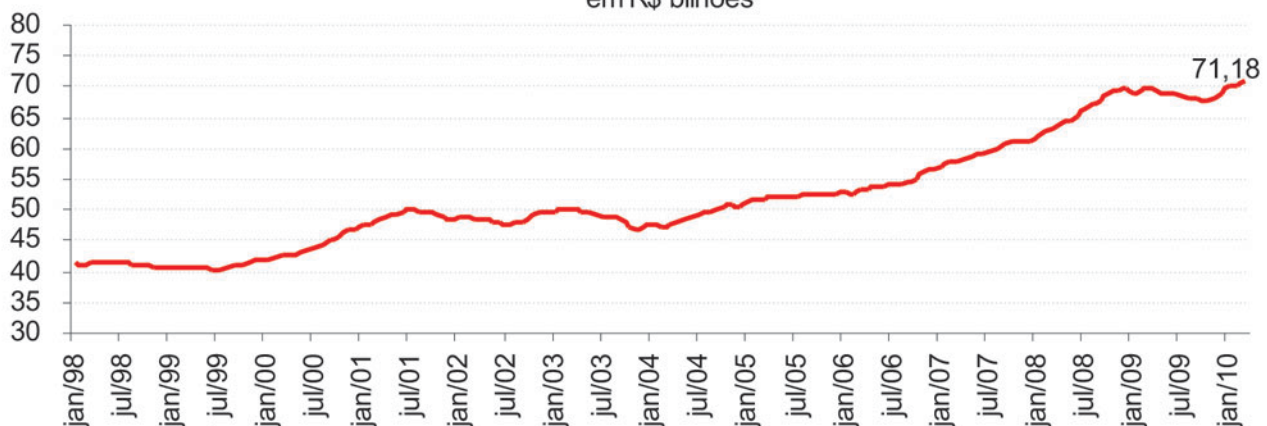
A arrecadação tributária real no estado de São Paulo alcançou

em mar/10 o montante de R\$ 71,18 bilhões, no acumulado em 12 meses, 2,1% superior ao realizado em março do ano anterior, revertendo a queda verificada em dez/09 (-0,8%). O

desempenho da receita tributária neste início de ano (jan/mar) já está acima do realizado em 2009 recuperando, em parte, a queda da arrecadação em decorrência da crise mundial.

Gráfico 7

**Evolução Real da Arrecadação Tributária Estado de São Paulo**  
acumulado em 12 meses (jan/1998 a mar/2010)  
em R\$ bilhões



Obs: valores a preços de mar/10, segundo o IPCA-IBGE

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo  
Elaboração: Subseção DIEESE - APEOESP/CEPES

O ICMS responde por praticamente 83% do total da arrecadação tributária no estado de São Paulo e fechou mar/10 em R\$ 5,4 bilhões, 16% acima do realizado em 2009, em termos reais. A

comparação do realizado no ano (jan-mar) evidencia uma boa realização deste tributo, com 14% acima do verificado no mesmo período de 2009. O quadro de queda do ICMS, ao que parece,

está em processo de reversão, como era esperado. Caso a crise não traga novas surpresas, tanto o ICMS quanto a própria arrecadação tributária do estado terão melhoras relevantes.

Tabela 2

### Arrecadação do ICMS real- Estado de São Paulo (Cota-Parte)

em R\$ milhões

2009		2010		Variação	
Mar	Jan-Mar	Mar	Jan-Mar	mar/10 mar/09	jan-mar/2010 jan-mar/2009
4.700	13.826	5.458	15.799	16,14%	14,27%

Obs: valores a preços de mar/10, baseado no IPCA-IBGE

Fonte: Secretariat da Fazenda do Estado de São Paulo  
Elaboração: DIEESE

## 2.2 Despesa de Pessoal do Poder Executivo

No último quadrimestre de 2009 a despesa com pessoal em relação à receita corrente líquida ficou em 41,29%. No que diz respeito aos gastos com pessoal em São Paulo, a preocupação com os limites da LRF não são relevantes, dado que há ampla margem (R\$ 4,5 bilhões) entre o executado no 3º quadrimestre/09 e o limite prudencial de 46,55%. Além disso, as receitas têm crescido em ritmo mais rápido que as despesas; entre 2000 e 2009, a receita corrente líquida cresceu 49,63% enquanto a despesa de pessoal subiu 25,39%, já considerada a inflação.

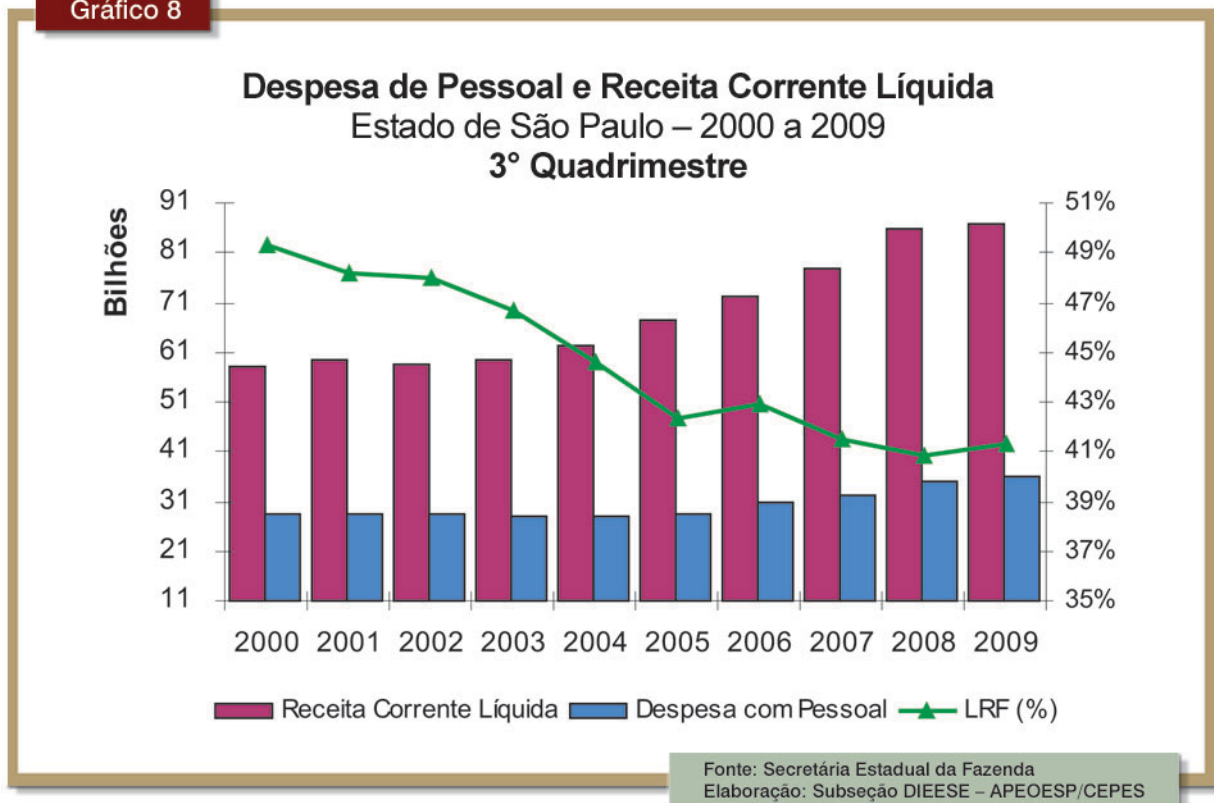
A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que estabelece nova configuração fiscal para a administração pública no Brasil, fixou o limite de 46,55% para a despesa de pessoal em relação a RCL. A LRF deu amparo legal para os

estados, municípios e União realizarem ajustes fiscais, ao impor uma série de limites e normas para as despesas públicas, inclusive sobre algo tão importante no setor público: o endividamento, destacado no próximo subitem.





Gráfico 8



### 2.3. Resultado Fiscal e Dívida Estadual

O estado de São Paulo diminuiu o comprometimento da receita corrente líquida (RCL) com a dívida consolidada líquida (DCL), passando de 224%, em

2003, para 150%, em 2009. Isto foi possível em grande parte graças ao aumento de 98,2% da RCL, maior do que o crescimento de 33,1% da DCL.. Este limite é definido pela resolução nº 40 do Senado Federal, sendo que os estados não podem ter

a DCL superior a 2 (duas) vezes a RCL.

No que se refere aos resultados fiscais, em 2009 o resultado primário foi de R\$ 2,6 bilhões, inferior ao realizado em 2008, mas ainda assim superior à meta prevista na LDO 2009, de R\$ 1,9 bilhão, segundo a Secretaria da Fazenda. O governo aumentou significativamente o superávit primário (Receita maior que Despesa) entre 2003 e 2008, que passou de R\$ 3,6 bilhões em 2002 para R\$ 5,5 bi em 2008.

Por outro lado, o resultado nominal que inclui o pagamento dos juros da dívida fechou 2009 em R\$ -386,6 milhões, resultado melhor do que a meta prevista na LDO/09, de R\$ -13,45 bilhões.





## 3. Conjuntura setorial da área da educação

### 3.1 O desempenho do Quadro do Magistério

Em março de 2010, o Quadro do Magistério paulista registrou 221.670 profissionais na rede estadual. Deste total, 56,5%

(125.264) eram efetivos e 43,5% (96.406) eram ocupantes de função atividade (OFA). Entre os professores de educação básica I (PEB I), apenas 46,3% eram efetivos, enquanto que entre os professores de educação básica II

(PEB II), 57,1% eram efetivos. Nas funções de professor coordenador e vice-diretor percebe-se a menor participação de OFA's. Já os cargos de diretor de escola e supervisor de ensino são ocupadas na totalidade por efetivos.

Tabela 3

**Número de Funcionários Ativos do Quadro do Magistério, segundo classes Rede Estadual – Março de 2010**

Classe do QM	Efetivo		OFA		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Professor PEB I	26.257	46,3%	30.403	53,7%	56.660	100%
Professor PEB II	83.084	57,1%	62.522	42,9%	145.606	100%
Professor Coordenador	5.616	74,0%	1.974	26,0%	7.590	100%
Professor Vice-Diretor	3.544	71,5%	1.411	28,5%	4.955	100%
Diretor de Escola	5.128	100,0%	0	0,0%	5.128	100%
Supervisor de Ensino	1.520	100,0%	0	0,0%	1.520	100%
Outros	115	54,5%	96	45,5%	211	100%
<b>Total</b>	<b>125.264</b>	<b>56,5%</b>	<b>96.406</b>	<b>43,5%</b>	<b>221.670</b>	<b>100%</b>

Fonte: SEE-SP. CIE - Centro de Informações educacionais. Março/2010.  
Elaboração: Subseção DIEESE - APEESP/CEPES

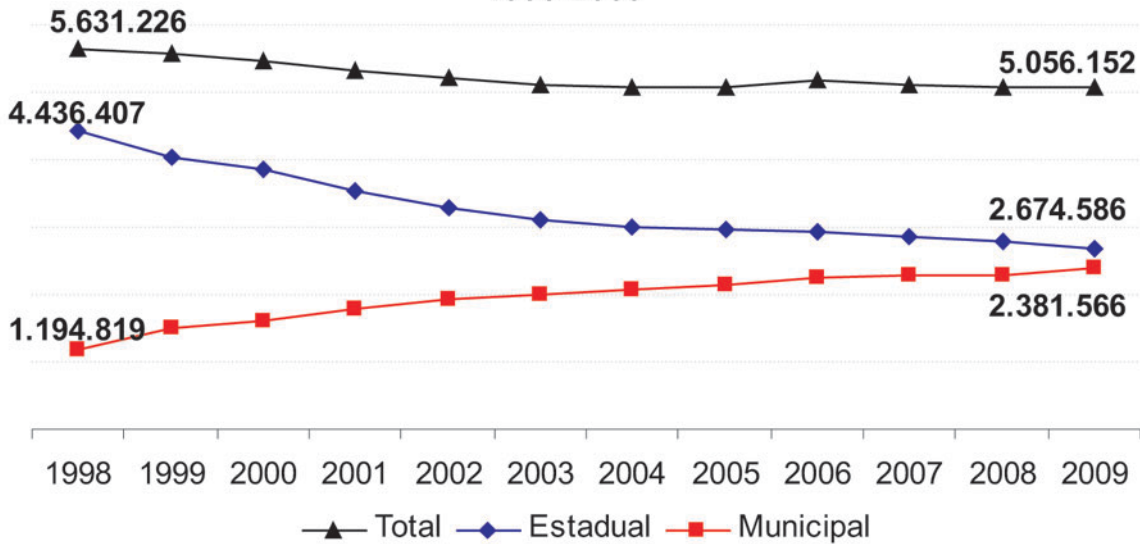


O perfil dos professores se alterou desde 1998, fazendo cair a participação dos professores PEB I de 52% em 1998 para 28% em 2010, enquanto o PEB II passou de 48% para 72%, no mesmo período. Entre os professores efetivos, em 1998 o PEB I tinha 63% de participação e o PEB II 37%, ocorrendo o inverso hoje, sendo 24% de professores PEB I e 76% de PEB II.



Gráfico 9

**Evolução das matrículas: Ensino Fundamental  
Participação do estado e municípios  
1998-2009**



Fonte: MEC - Censo Escolar - 1998 a 2009  
Elaboração: Subseção DIEESE - APEOESP/CEPES

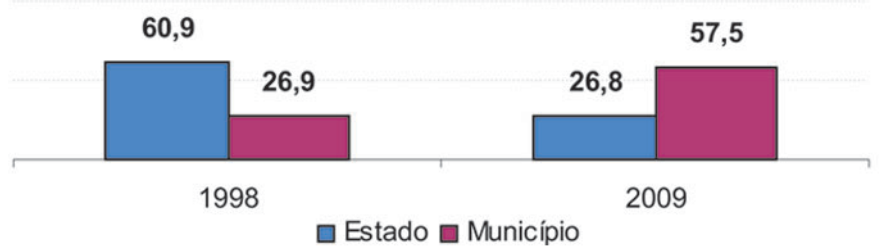
### 3.2 A evolução das matrículas

O gráfico acima revela o impacto da municipalização do ensino no estado de São Paulo, com as matrículas da rede municipal (2.381.566) muito próximas das matrículas da rede estadual (2.674.586).

O processo de municipalização do ensino fundamental no estado de São Paulo é perceptível na análise da distribuição das matrículas no ensino fundamental por rede. O gráfico 10 demonstra que as matrículas de 1ª e 4ª série na rede estadual perdem espaço para a municipal, entre 1998 e 2009, passando de 60,9% em 1998 para 26,8% em 2009, segundo dados da SEE e do MEC.

Gráfico 10

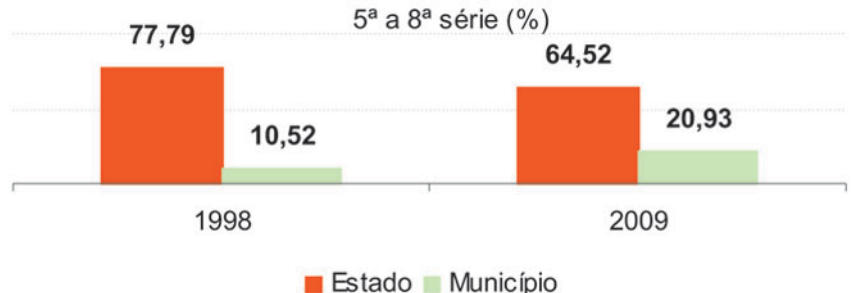
**Distribuição das matrículas no Ensino Fundamental por Rede  
1ª a 4ª série (%)**



Fonte: SEESP e Censo MEC  
Elaboração: Subseção DIEESE - APEOESP/CEPES

Gráfico 11

**Distribuição das matrículas no Ensino Fundamental por Rede  
5ª a 8ª série (%)**



Fonte: SEESP e Censo MEC  
Elaboração: Subseção DIEESE - APEOESP/CEPES

A taxa de escolarização bruta para o ensino fundamental atingiu em 2009 a taxa de 120,16% de atendimento para 1ª a 4ª séries e 109,47% para 5ª a 8ª séries. A observância da taxa de escolarização acima de 100%, neste caso, decorre do atendimento para além da faixa etária correspondente para este nível de ensino, isto é, da distorção série-

idade entre os alunos matriculados, em virtude de anos de atraso escolar. Por outro lado, o atendimento em creche é baixo (22,20%), insuficiente na pré-escola (56,39%) e no ensino médio (89,1%).

É importante notar que a oferta de vagas na rede privada é bastante restrita, de modo que sua contribuição para a

universalização do ensino é pequena. A rede privada de ensino atende praticamente a parcela mais rica da população. A educação, neste sentido, é fundamentalmente uma questão que deve ter toda a atenção da rede pública de ensino, com destaque à importância dos formuladores de políticas públicas nesta área.

Tabela 4

Taxa de Escolarização Bruta  
Estado de São Paulo - 2009

Nível de Ensino	Rede			Escolarização Bruta
	Estadual	Municipal	Privada	
Creche	0,03%	12,57%	9,60%	22,20%
Pré-escola	0,02%	44,39%	11,97%	56,39%
1º a 4º série	33,10%	68,46%	18,61%	120,16%
5º a 8º série	70,63%	22,91%	15,94%	109,47%
Médio	75,72%	1,04%	12,34%	89,10%

Fonte: Censo Escolar - Mec e Fundação Seade  
Elaboração: Subseção DIEESE - APEOESP/CEPES

**Nota:** "Taxa de escolarização bruta" permite que se compare o total das matrículas em um nível de ensino com a população na faixa etária adequada a esse nível. Por sua vez, a "taxa de escolarização líquida" indica o percentual da população em determinada faixa etária que se encontra matriculada no nível de ensino adequado à sua idade.

### 3.3 Evolução dos Gastos com Educação

O orçamento total estadual e da Secretaria de Educação cresceram expressivamente desde 2002, porém em termos relativos a SEE-SP apresenta queda em sua previsão orçamentária. O gráfico 12 permite visualizar a queda da participação da SEE-SP em relação ao Orçamento total do estado, tanto no que diz

respeito ao total da SEE, quanto em relação a sua despesa de pessoal e encargos. Em 2002, a participação da SEE-SP no orçamento total de São Paulo era de 15,1%, caindo para 13% em 2010. Já as despesas com pessoal passaram de 12,7% em 2002, para apenas 9% na previsão orçamentária 2010, em termos nominais.

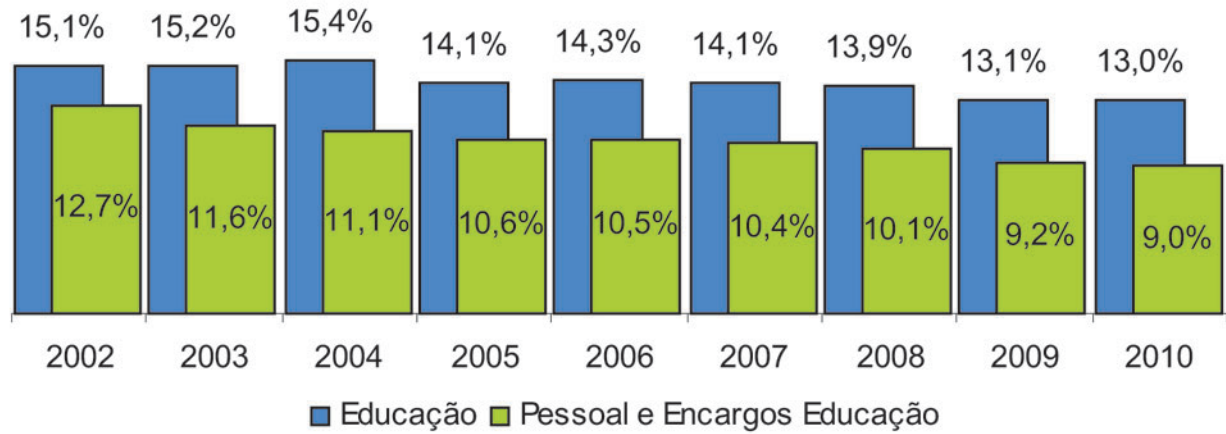
Estes resultados podem significar que o governo paulista

tem redirecionado os recursos da SEE para outras áreas consideradas mais importantes e, no que tange a despesa de pessoal, de alguma forma reflete a política salarial do governo, com concessão de bônus e de remuneração por resultados e competências, de modo que os reajustes salariais ficam relegados a segundo plano; a despesa com pessoal aumenta, mas não para todos.



**Gráfico 12**

**Participação da Secretaria de Educação no Orçamento Total do estado de SP**



Fonte: Leis Orçamentária Anuais - Secretaria de Estado de Economia e Planejamento (SEP)  
Elaboração: Subseção DIEESE - APEOESP/CEPES

**3.3.1 A aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)**

Em 2009, São Paulo aplicou 30,14% de impostos e transferências na Manutenção e Desen-

volvimento do Ensino (MDE). Com relação a 2008, a aplicação em MDE cresceu 2,3% ou R\$ 450 milhões, em valores nominais. Se considerarmos somente a administração direta

(basicamente o ensino fundamental e médio), o governo aplicou 21,29% e a diferença (8,8%) com a administração indireta (Centro Paula Souza, USP, UNESP, UNICAMP).

**Tabela 5**

**Aplicação dos recursos da educação em MDE**

Descrição	em R\$ bilhões					
	2004	2005	2006	2007	2008	2009
<b>Receita</b>	39,96	44,58	50,16	55,23	66,31	67,78
Função 12 - Adm Direta	6,33	7,21	8,32	12,12	14,55	14,72
Função 12 - Adm Indireta	2,90	3,12	3,25	4,75	5,68	6,00
Inativos Adm Direta	2,39	2,72	2,99	-	-	-
Inativos Adm Indireta	0,74	0,76	0,86	-	-	-
Exclusões (-)	(0,15)	0,36	0,29	0,23	0,25	0,29
<b>Total Despesa Líquida</b>	12,22	13,46	15,13	16,63	19,98	20,43
<b>Aplicação MDE (Adm Direta + Indireta)</b>	<b>30,57%</b>	<b>30,20%</b>	<b>30,16%</b>	<b>30,11%</b>	<b>30,13%</b>	<b>30,14%</b>
<b>Aplicação MDE (Adm Direta)</b>	<b>21,47%</b>	<b>21,49%</b>	<b>21,98%</b>	<b>21,52%</b>	<b>21,56%</b>	<b>21,29%</b>

Fonte: Secretaria Estadual da Fazenda  
Elaboração: Subseção DIEESE - APEOESP/CEPES

A Constituição Federal define em seu artigo 12 a obrigatoriedade de estados e municípios gastarem pelo menos 25% de impostos e transferências. Já o estado de São Paulo define em sua Constituição Estadual a aplicação de, no mínimo, 30% destes recursos

em MDE, meta esta cumprida pelo governo estadual no período selecionado.

Outro ponto importante é o gasto com pessoal inativo. O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em seu Manual de Aplicação de Recursos no Ensino (2007), entende que a despe-

sa com inativos da educação pode ser incluída nos 25%, desde que haja autorização na lei orçamentária anual (LOA) e, do valor total, sejam abatidas as contribuições funcionais e patronais ao regime próprio de previdência dos servidores da área educação.

## 4. Evolução salarial do magistério estadual

O salário base dos professores paulistas apresenta perdas desde pelo menos a implantação do atual Plano de Cargos e Salários, em 1998. Se considerarmos

o ICV calculado pelo DIEESE de mar/98 até fev/10, temos um acumulado de 116,37%, contra um reajuste salarial de 60,97% para o professor PEB I (24h) sem

considerar as gratificações, resultando em uma perda de 25,61%. Portanto, o reajuste necessário para recuperar as perdas salariais de mar/98 é de 34,42%<sup>1</sup>.

Tabela 6

### Professor PEB I 24h sem gratificação (mar/98 a fev/10)

<i>Reajuste salarial no período</i>	<b>60,97%</b>
ICV-DIEESE acumulado no período	116,37%
Perda salarial até 28 de fevereiro de 2010	-25,61%
Reajuste necessário em 1º de março de 2010	<b>34,42%</b>

Fonte: Subseção DIEESE – APEOESP/CEPES  
Elaboração: Subseção DIEESE – APEOESP/CEPES

Podemos acompanhar os salários dos professores paulistas considerando as gratificações. Neste caso, percebemos também a exis-

tência de perdas salariais, para o professor PEB I (24h). O reajuste do PEB I (24h) com as gratificações é de 84,35%, no período de mar/

98 a fev/10, e sua perda é de 14,80%. Haveria ainda a necessidade de reajuste de 17,37% para a reposição salarial em mar/98.

<sup>1</sup> O reajuste necessário de 34,3% calculado anteriormente referia-se à previsão do ICV de fev/10. Os dados agora estão calculados com o ICV de fev/10 realizado.



Tabela 7

**Professor PEB I 24h sem gratificação (mar/98 a fev/10)**

<i>Reajuste salarial no período</i>	<b>84,35%</b>
ICV-DIEESE acumulado no período	116,37%
Perda salarial até 28 de fevereiro de 2010	-14,80%
Reajuste necessário em 1º de março de 2010	<b>17,37%</b>

Fonte: Subseção DIEESE – APEOESP/CEPES  
Elaboração: Subseção DIEESE – APEOESP/CEPES

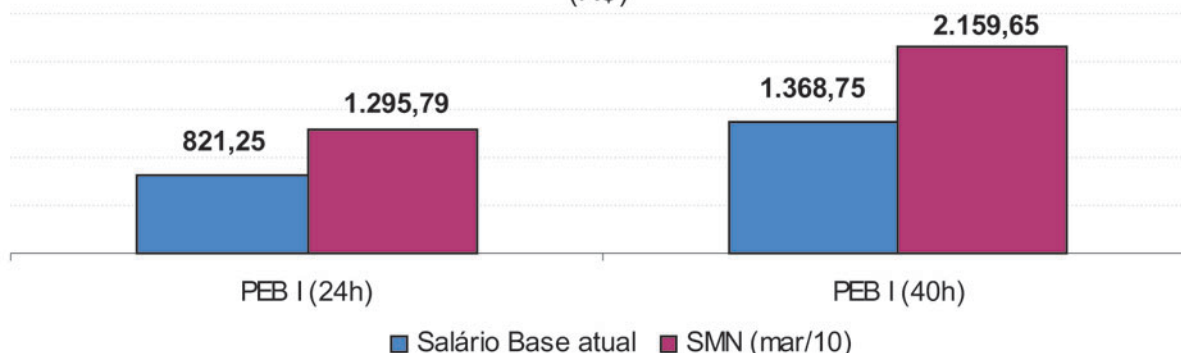
O governo paulista acaba de criar a Lei Complementar nº 1.107/10 que incorpora a gratificação por Atividade do Magistério (GAM) em três parcelas anuais. No primeiro ano (2010) o salário base aumenta 4,55%, no segundo 5,08% e no último ano (2012) aumenta 5,32%. Se considerarmos esta primeira parcela da GAM na conta das perdas do professor PEB I (24h) com

gratificação, ainda há uma perda de 10,93% e um reajuste necessário de 12,27%. Ou seja, os professores da rede pública do estado de São Paulo possuem perdas salariais considerando ou não as gratificações concedidas pelas leis estaduais.

A valorização profissional da categoria dos professores passa também pela esfera financeira e, neste sentido, a compara-

ção do salário base com o Salário Mínimo Necessário (SMN) calculado pelo DIEESE<sup>2</sup> objetiva alcançar o ganho real do poder aquisitivo. O gráfico 13 mostra como seriam os salários caso fosse adotado o SMN do DIEESE. O salário base dos professores PEB I (24h) e PEB I (40h) deveriam ser reajustado em 57,8% de modo a adotar o SMN (mar/10).

Gráfico 13

**Salário base vigente e Salário Mínimo Necessário (R\$)**

Fonte: DIEESE e SEESP  
Elaboração: Subseção DIEESE – APEOESP/CEPES

Nota: O salário base refere-se a nova tabela salarial, a partir da Lei nº 1.107/10.

<sup>2</sup> O Salário Mínimo Necessário é calculado pelo DIEESE mensalmente e toma como base uma família composta por um casal com dois filhos, de modo que estes consumam como 1 adulto, resultando em uma família de três pessoas. Considera a cesta básica mais cara realizada no mês de referência e, a partir disso, calcula qual o salário necessário para uma família de três adultos suprir suas necessidades, segundo os preceitos da Constituição Federal de 1988.

## 5. Conclusão

O resultado negativo do PIB em 2009 (-0,2%) é reflexo da crise econômica mundial eclodida em 2008 e que afetou principalmente o setor industrial. Apesar desta queda no PIB, a avaliação dos dados trimestrais dão sinais de recuperação da atividade econômica e as projeções do PIB para 2010 já estão acima de 5%.

Com relação à política mone-

tária, o Banco Central em sua última reunião do Copom elevou a taxa básica de juros (Selic), devido ao entendimento de que a economia nacional está relativamente estabilizada e há indícios de pressão inflacionária em decorrência deste novo movimento da atividade econômica. Por sua vez, a inflação no ano (jan-ma/10) apresenta taxas acima do realizado em mesmo período para 2009.

Os dados do mercado de trabalho demonstram que a taxa de desemprego em 2010 na região metropolitana de São Paulo está abaixo das taxas verificadas entre 2005 e 2009. Apesar do desemprego ainda se manter num patamar alto, o início de 2010 já demonstra melhor situação que 2009 e 2008. O saldo do Caged acumulado no primeiro trimestre de 2010 também teve ótimo desempenho, dado que é o melhor resultado para toda a série histórica, com a geração líquida de 657.289 vagas no mercado de trabalho.

No lado da receita estadual, a arrecadação tributária já dá sinais claros de recuperação e o seu principal item, o ICMS, superou em jan-mar/10 o realizado de jan-mar/09, em termos reais, enquanto no lado das despesas, a despesa com pessoal está abaixo do limite prudencial de 46,55% definido pela

LFR. O governo de São Paulo está numa boa situação fiscal e possui margem legal suficiente para realizar reajustes salariais para toda a categoria dos professores.

Em 2009, segundo os demonstrativos da aplicação do estado em MDE, o governo paulista aplicou 30,14%, respeitando o mínimo definido na Constituição Estadual. Porém, há evidente queda da participação do orçamento da educação no orçamento total de São Paulo, tanto com relação à previsão total, quanto à previsão com despesa de pessoal. Como já dito anteriormente, a despesa de pessoal cresce, mas em ritmo inferior ao crescimento das receitas e em desigualdade entre os servidores, ou seja, não cresce igual para todos, mas apenas para alguns.

Contrariando as evidências de melhoras na economia nacional e, portanto, na arrecadação estadual, o governo paulista manteve a política de concessão de bônus salarial e de promoção por mérito, excluindo, no caso desta última, a maioria dos professores (80%) da possibilidade de obtenção deste “aumento” e ferindo o princípio de isonomia salarial ao permitir que professores de mesmo cargo, formação e tempo de serviço tenham remunerações distintas.

**Produção: Subseção  
DIEESE/APEOESP**

**Edição: 05/05/2010**

**Periodicidade: quadrimestral**

**Equipe Responsável:**  
Alexandre Sampaio Ferraz  
Renata Miranda Filgueiras

**E-mail:**

[renata.dieese@apeoesp.org.br](mailto:renata.dieese@apeoesp.org.br)



APEOESP • Praça da República, 282  
Telefone: (11) 3350 6057  
[www.apeoesp.org.br](http://www.apeoesp.org.br) • e-mail:  
[presiden@apeoesp.org.br](mailto:presiden@apeoesp.org.br)